



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Questão Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase na Questão Urbana.

O DESENVOLVIMENTO SOCIOTERRITORIAL NA FAVELA DE HELIÓPOLIS (SP): IMPLANTAÇÃO DOS PROGRAMAS HABITACIONAIS E CONTRIBUIÇÃO DO TRABALHO SOCIAL

Maria Joelma Libório de Lima Freitas¹

Resumo: Apresentado como pré-projeto de pesquisa para o processo seletivo da pós-graduação (mestrado). Pretende-se analisar o desenvolvimento socioterritorial em Heliópolis (SP), considerando como elementos importantes a implantação dos programas habitacionais e a efetivação do trabalho social, com intuito de compreender a importância dessas intervenções nesse território e em quais medidas essas intervenções contribuíram para a melhoria de qualidade de vida de seus moradores. Destaca algumas reflexões sobre as intervenções no território, fazendo uma breve contextualização sobre Heliópolis, na perspectiva das intervenções relacionadas à política habitacional e ao desenvolvimento do trabalho social neste contexto. Descreve alguns elementos centrais do projeto de projeto de pesquisa.

Palavras-Chave: Desenvolvimento socioterritorial, Heliópolis, Trabalho Social.

Abstract: Presented as a pre-research project for the postgraduate selection process (master's degree). It is intended to analyze socio-territorial development in Heliópolis (SP), considering as important elements the implementation of housing programs and social work, in order to understand the importance of these interventions in that territory and in what measures these interventions contributed to the improvement of quality life of its residents. It highlights some reflections on the interventions in the territory, making a brief contextualization on Heliópolis, in the perspective of the interventions related to the housing policy and the development of social work in this context. Describes some central elements of the research project Project.

Keywords: Socio-territorial development, Heliópolis, Social Work.

Introdução

Como nos mostra Koga e Nakano (2005), no Brasil, as políticas públicas apresentam o desafio de intervir para a democratização do poder público e a universalização dos direitos sociais básicos, com intuito de reduzir as desigualdades socioterritoriais. Para tanto, deve-se observar os vínculos com as particularidades e diversidades locais.

Entendemos que o espaço urbano só pode ser compreendido se levarmos em conta todas as heterogeneidades presentes na sociedade e considerá-las

¹ Estudante de Pós-Graduação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. E-mail: <joelmaliborio@yahoo.com.br>.

relacionadas diretamente com as questões econômicas, políticas, sociais e culturais presentes no cotidiano dos indivíduos que a compõem.

Tal espaço deveria ser público, com livre acesso para todos, mas foi se estruturando de acordo com o modo de organização de uma sociedade capitalista e desigual. Os governos brasileiros adotaram as suas políticas baseadas no sistema de acumulação capitalista mundial, onde o consumo e o acúmulo de riquezas se tornaram fatores determinantes, e isto, sem dúvida, marcou profundamente as pessoas mais vulneráveis do sistema: os pobres.

Nesse sentido, são as pessoas com poucos recursos financeiros que mais sofrem as consequências das políticas econômicas adotadas, que não levam em consideração as necessidades da população, mas, sim, do sistema financeiro, refletindo diretamente nas desigualdades sociais.

Desse modo, é possível observar que, na ocupação do espaço urbano, as áreas mais estruturadas sempre foram destinadas aos ricos e as menos estruturadas para os pobres.

(...) o problema habitacional no Brasil remonta do período da colonização, e não pode ser separado da questão do acesso à propriedade da terra. Até meados do século XIX, a terra no Brasil era concedida pela Coroa – as sesmarias –, ou simplesmente ocupada, sendo que nas cidades o Rocio era a terra municipal onde estavam as casas e pequenas produções agrícolas para o subsídio local. A terra até então não tinha valor comercial. A promulgação da Lei de Terras, em setembro de 1850, mudou esse cenário, ao instituir a propriedade fundiária no país, tanto rural quanto urbana: foi legitimada a propriedade de quem já detinha “cartas de sesmaria” ou provas de ocupação “pacífica e sem contestação”. O resto, de propriedade da Coroa, passou a ser leiloado. Para ter terra, a partir de então, era necessário pagar por ela. Para José de Souza Martins (1979), a lei teve como claro objetivo bloquear o acesso à propriedade por parte dos trabalhadores livres, ex-escravos e agora também imigrantes, de modo que eles compulsoriamente se tornassem força de trabalho das grandes fazendas. Na prática, a substituição do trabalho escravo pelo assalariado deu-se no Brasil ao mesmo tempo que a terra livre tornou-se privada. (FERREIRA; UEMURA, 2008, p. 11)

Ao tratar sobre segregação urbana ou ambiental, Maricato destaca que esta se configura como:

uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma. À dificuldade de acesso aos serviços e infra-estrutura urbanos (transporte precário, saneamento deficiente, drenagem inexistente, dificuldade de abastecimento, difícil acesso aos serviços de saúde, educação e creches, maior exposição à ocorrência de enchentes e desmoronamentos etc.) somam-se menos oportunidades de emprego (particularmente do emprego formal), menos oportunidades de profissionalização, maior exposição à violência (marginal ou policial), discriminação racial, discriminação contra mulheres e crianças, difícil acesso à justiça oficial, difícil acesso ao lazer. A lista é interminável. (MARICATO, 2003, p.152)

É nesse contexto de profundas desigualdades que a ocupação dos espaços urbanos foi se constituindo de maneira desordenada nas grandes cidades e um dos principais motivos históricos dessa ocupação é a migração do homem do campo, principalmente da região Nordeste para os grandes centros metropolitanos, em especial, São Paulo, devido à expansão da industrialização, objetivando alcançar melhores condições de vida.

A Cidade de São Paulo é a mais populosa do país. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2010 contava com uma população de 11.253.503 habitantes e tinha uma estimativa para o ano de 2016 em torno de 12.038.175 habitantes².

De acordo com Paz e Taboada (2010, p. 9), a partir da década de 1960, o Brasil sofreu uma “explosão urbana”, levando um grande número de trabalhadores rurais, sem alternativa no campo, a viver e morar nas periferias e favelas das cidades, com baixos salários e péssimas condições de vida. Desse modo, “a urbanização foi intensificada pela industrialização no pós-guerra, concentrando o parque industrial no eixo sul-sudeste”, o que gerou uma intensa migração interna e com isso a formação das metrópoles e de suas periferias. Isso atingiu principalmente a cidade de São Paulo.

2. Desenvolvimento

Entre as inúmeras favelas surgidas em São Paulo destaca-se a de Heliópolis, localizada na Região Sudeste do Município de São Paulo, nos distritos de Ipiranga, Cursino e Sacomã, distante 8 km do centro da capital. Situada nos arredores de algumas vias de circulação relevantes da cidade, como a Avenida Almirante Delamare, a Via Anchieta, a Avenida das Juntas Provisórias e a Estrada das Lágrimas.

Está inserida, atualmente, em área administrativa da Subprefeitura Regional do Ipiranga, possuindo aproximadamente um milhão de metros quadrados. Em sua área, vivem cerca de 200 mil habitantes, sendo a maioria de origem nordestina³.

² Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br>.

³ Disponível em: <https://www.unas.org.br>.

Atualmente, Heliópolis é formada por 14 Glebas (nomeadas pelas letras do alfabeto de A até N, divisão feita para fins de realização de intervenção pela Secretaria Municipal de Habitação de São Paulo).

Verifica-se, através da literatura, que a crise econômica dos anos de 1970 contribuiu para um aumento do processo de assentamento de favelas na cidade de São Paulo. “No caso específico de Heliópolis, além da questão econômica, a excelente localização da área e a imensa demanda atraíram o início das invasões por populações carentes de moradia e a ação de grileiros na área” (SÃO PAULO, 2008, p.9).

De acordo com Santos,

a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e de cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo espacial. (SANTOS, 2013, p.10).

Ainda para este autor,

o nível de urbanização, o desenho urbano, as manifestações das carências da população são realidade a ser analisada à luz dos subprocessos econômicos, políticos e socioculturais, assim como das realizações técnicas e das modalidades de uso do território nos diversos momentos históricos. (SANTOS, 2013, p.11).

Sabe-se que cabe ao Estado garantir, através de Políticas Públicas, o acesso das pessoas aos seus direitos fundamentais: saúde, educação, habitação etc. Contudo, se observa uma dificuldade na execução e implementação de políticas que de fato atendam os interesses da população e resolvam com efeito os problemas existentes nos diversos assentamentos precários, situação que tem levado a população a buscar seus próprios meios de sobrevivência, incluindo a continuação de ocupação de áreas irregulares e em locais que oferecem riscos a suas vidas e de seus familiares.

É possível notar que, ao longo dos anos, desde o seu surgimento, foram realizadas diversas intervenções públicas na favela de Heliópolis, perpassando praticamente todas as gestões municipais.

Para falar em desenvolvimento socioterritorial deve-se associar as diversas intervenções realizadas no território, sendo este conceituado pelo Ministério das Cidades na Portaria 464⁴, como o

espaço onde é projetada uma intervenção urbana; é composto pelo espaço físico-geográfico e diferentes atores com interesses nele – comunidade (em suas diversas representações), poderes públicos, movimentos sociais, agentes econômicos etc. Assim, o território é um conceito dinâmico, caracterizado por relações sociais, de poder, de convivência, e por interesses, expectativas e estratégias diversificadas (BRASIL, Portaria 21, 2014, p.55).

Sabe-se que o desenvolvimento socioterritorial vai além das intervenções urbanas voltadas para a política habitacional. Desse modo,

ao tratar de políticas públicas, a consideração pelas diferenças internas existentes em cada localidade torna-se fundamental, especialmente em contextos de altas desigualdades sociais. Não basta escolher como foco a pior das piores situações, pois a relação é dinâmica e diferenciada entre as condições de vida de cada lugar. (KOGA, 2005, p.637, 638).

O “território vem sendo um elemento importante abordado em diversas experiências, não apenas sob o ponto de vista do Estado, mas também da sociedade” (KOGA, 2006, p. 24).

Para Koga e Nakano

Os estudos sobre fatores territoriais têm muito a contribuir [...] pois a territorialização associa conceitos culturais e existenciais ao poder e às práticas políticas. O planejamento e a gestão territorial procuram aprofundar propostas ligadas a essas comunidades tradicionais, especialmente a garantia do acesso e a segurança da posse das terras necessárias para moradia e realização de atividades econômicas (KOGA, NAKANO, 2005, p.73).

Problematização

Nesse sentido, esta pesquisa busca como centralidade analisar o desenvolvimento socioterritorial no contexto de Heliópolis/SP, considerando como elementos importantes a implantação dos programas habitacionais e da efetivação do trabalho social, de modo a compreender a importância dessas intervenções naquele território e em que medida estas contribuem para o seu

⁴ A Portaria 464 do Ministério das Cidades foi publicada em 25 de julho de 2018 e “Dispõe sobre Trabalho Social nos Programas e Ações do Ministério das Cidades”. Também que faz parte das normativas que orientam a aplicação de recursos públicos.

desenvolvimento local e promovem a melhoria da qualidade de vidas das famílias beneficiadas diretamente por estas intervenções.

A justificativa pela temática é acadêmica, no sentido da necessidade de aprofundamento das questões pertinentes ao tema, e profissional, devido à aproximação da pesquisadora com o território.

Cabe destacar que a pesquisadora teve uma experiência profissional nesta favela, no período de 2008 a 2010, através do Programa de Urbanização de Favelas⁵, bem como realizou uma pesquisa, com profissionais que atuaram neste programa, para o trabalho de conclusão do curso de Especialização Trabalho Social em Habitação Popular, finalizado em 2017, que teve como elemento central discussões referentes à questão habitacional e o trabalho Social realizado no período de 2008 e 2017. Contudo, não foi possível o aprofundamento das discussões.

Neste período foi possível observar o desenvolvimento de um amplo processo de urbanização, com obras de infraestrutura, consolidação das moradias da área e provisão de diversos conjuntos habitacionais, com diferentes tipologias, assim como o desenvolvimento do trabalho social.

Sabe-se que a problemática da questão habitacional em Heliópolis não se esgotou com as intervenções realizadas pelo Poder Público, pois não se trata de uma situação isolada por si só na questão da moradia, mas está cercada por uma diversidade de situações que perpassam as diversas políticas públicas, sejam elas relacionadas à saúde, educação, entre outras, envolvendo ainda questões de cunho político partidário, social, econômico e cultural. Há de se considerar também os diversos interesses locais constituídos, dada à dimensão que tomou a favela de Heliópolis, em níveis populacionais e de desenvolvimento do território, como alerta Koga:

A intervenção das políticas públicas deveria estar atenta não só as condições individuais de vida das pessoas, mas também as construções de relações

⁵ Desenvolvido pela Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB), o Programa de Urbanização de Favelas incluía obras de pavimentação, drenagem, implantação do sistema de água e esgoto, além de remoção de famílias de áreas de risco, de moradias insalubres para Unidades Habitacionais Definitivas, construídas pela Prefeitura, as quais eram destinadas a estes moradores, posteriormente, através de financiamento. Além de outras opções de atendimentos disponíveis.

acumuladas na coletividade. Significa um novo olhar sobre a população e o território. (KOGA, 2006, p.41).

Trabalho social em projetos habitacionais

Falar das intervenções públicas focadas na implementação da Política Habitacional obrigatoriamente envolve a necessidade de se abordar o desenvolvimento do Trabalho Social com as famílias dos territórios envolvidos.

A partir da criação do Estatuto das Cidades, em 2001, do Ministério das Cidades, em 2003, e das demais legislações específicas para a habitação de interesse social, ocorreram avanços na execução e implementação da Política Habitacional. Há de se considerar, inclusive, o avanço nas legislações e mecanismos de discussão que tratam da questão, como o caso da Política Nacional de Habitação, Estatuto das Cidades (Lei 10.257/2001), os Planos Nacional, Estadual e Municipal de Habitação e, sem dúvida, os conselhos e o Plano Diretor (Lei Municipal 13.430, de 13/09/2002).

Nesse cenário, as intervenções receberam maiores investimentos do Poder Público e o trabalho social nas intervenções habitacionais passou a ter uma maior “visibilidade e reconhecimento”.

A valorização é fruto de um processo, que teve início com a criação do Ministério das Cidades, em 2003, e foi incorporada às discussões sobre uma nova Política Nacional de Habitação (PNH). No ano seguinte, a PNH foi aprovada, sendo legitimada com a criação do Sistema e Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), em 2005. Posteriormente se estabeleceu a aplicação de, no mínimo, 2,5% do valor do investimento para ações de participação, mobilização e organização comunitária, educação sanitária e ambiental e atividades ou ações de geração de trabalho e renda para a população atendida (BRASIL, 2011, p.10).

Em 2004, a Portaria nº 21 do Ministério das Cidades estabeleceu as instruções para implementação do trabalho social nos programas e suas ações e, em 2018, a Portaria 464 manteve a sua definição como:

um conjunto de estratégias, processos e ações, realizado a partir de estudos diagnósticos integrados e participativos do território, compreendendo as dimensões: social, econômica, produtiva, ambiental e político-institucional do território e da população beneficiária, além das características da intervenção, visando promover o exercício da participação e a inserção social dessas famílias, em articulação com as demais políticas públicas, contribuindo para a melhoria da sua qualidade de vida e para a sustentabilidade dos bens, equipamentos e serviços implantados (BRASIL, 2014, p. 5).

Outro aspecto que deve ser analisado é que tais portarias estabeleceram a obrigatoriedade de elaboração do Plano de Desenvolvimento Socioterritorial (PDST) para as operações de habitação com número de famílias beneficiárias superior a 500 (quinhentos) e, nas de saneamento, quando os valores dos recursos destinados às ações do Trabalho Social forem superiores a 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Nesses casos, o Proponente/Agente Executor deve apresentar este plano ao Agente Operador/financeiro até, no máximo, o final do período reservado para a fase de execução das obras. O período proposto em cronograma para a realização das ações deve acontecer na fase de pós-obras, com período previsto de 6 a 12 meses.

O PDST tem como objetivo “apresentar uma proposta de melhoria das condições de vida dos habitantes da macroárea⁶” (ALMEIDA, 2015, p. 6) e se caracteriza como o “documento resultante da evolução do Trabalho Social, estruturado em objetivos e ações de curto, médio e longo prazo, a fim de promover a continuidade e a ampliação dos processos implantados” (IDEM, p. 2).

Nesse sentido, é necessário verificar como este instrumento vem sendo construído e implantado pelo poder público e, ao mesmo tempo, absorvido pela população beneficiária, entendendo que “o processo participativo permite empoderar os participantes e fortalecer a responsabilidade dos moradores sobre o território” (ALMEIDA, 2015, p. 8).

Diante do exposto, faz-se necessário aprofundar a discussão referente ao desenvolvimento socioterritorial no contexto de Heliópolis, pois o seu território é vasto de intervenções e situações que demandam um olhar mais aproximado, em nível de pesquisa. Deve-se levar em conta que a vertente territorial traz novos elementos para o debate da ética e da cidadania nas políticas pública e de enfrentamento da exclusão social.

⁶ A Portaria 464 define Macroárea como: “região relativamente homogênea que inclui uma ou mais áreas de intervenção física, próximas e seu entorno com o qual tal(ais) área(s) de intervenção interage(m) para acesso a serviços e equipamentos públicos, ao mercado de trabalho, a organizações sociais (comunitárias, ONGs e movimentos sociais)”.

Implica considerar a dimensão cultural das populações, suas particularidades locais, os lugares onde vivem, os seus anseios e não somente as suas necessidades (KOGA, 2006, p.25)

Objetivo geral

Analisar o significado do desenvolvimento socioterritorial na favela de Heliópolis/SP, no âmbito dos programas habitacionais implementados e do desenvolvimento do Trabalho Social, visando compreender a contribuição para o desenvolvimento do território e para vida da população beneficiada direta e indiretamente.

Objetivos específicos

- ✓ Apreender o processo de formação e consolidação da Favela de Heliópolis no âmbito da implementação das intervenções da Política Habitacional;
- ✓ Pesquisar sobre o desenvolvimento do Trabalho Social e as suas contribuições para as famílias beneficiadas;
- ✓ Pesquisar e analisar o significado de desenvolvimento socioterritorial no contexto de implementação da Política Habitacional e do desenvolvimento do Trabalho Social.

Procedimentos metodológicos

Para análise da realidade, será adotado como referencial teórico, neste projeto de pesquisa, o materialismo histórico-dialético. Tal opção está vinculada à posição político-ideológica da pesquisadora.

A utilização deste referencial tem embasado tanto a atuação do Serviço Social em conformidade com o projeto ético-político da profissão como as pesquisas acadêmicas, visto que contribui para análise das contradições inerentes à sociedade capitalistas. Tais contradições podem ser evidenciadas nas mais variadas intervenções realizadas pelo poder público.

Para desenvolvimento deste projeto, inicialmente será feita uma pesquisa bibliográfica em livros, teses, artigos, dissertações que tratam da temática proposta, bem como pesquisa em legislações e documentos, além de oficiais das intervenções realizadas em Heliópolis (Projetos de Trabalho Social, Relatórios de Atividades etc.) pelas gerenciadoras sociais. Também será realizada consulta digital a sites e materiais disponibilizados na internet.

No que se refere à pesquisa de campo, de natureza qualitativa, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os diversos atores do território, tais como: moradores de diferentes faixas de idade, beneficiados direta e indiretamente pelas intervenções habitacionais, e representantes das organizações da sociedade civil que tem atuação nesse território, além dos profissionais da Secretaria de Habitação que atuam nas intervenções habitacionais. Para a concretização das entrevistas, será necessário adentrar os diversos espaços do território, buscando ainda apreender a realidade local, através de visitas aos diversos empreendimentos implementados a partir das intervenções dos programas habitacionais, de acordo com a delimitação das áreas para a efetivação da pesquisa.

Posteriormente, dar-se-á a análise dos dados coletados, das entrevistas e discussão dos resultados.

Conclusão

Pretende-se, com a presente pesquisa, aprofundar o conhecimento sobre a temática proposta e contribuir com as discussões em torno da política habitacional e do trabalho social por meio das ações efetivadas e que visam ao desenvolvimento socioterritorial das comunidades e suas famílias, especificamente no contexto de Heliópolis.

Referências

ALMEIDA, Lareyne. **Plano de Desenvolvimento Socioterritorial**. Curso à Distância. Trabalho Social em Programas de habitação de Interesse Social. Aula 10. Brasília: Ministério das Cidades, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília/DF, 1988.

BRASIL. **Plano Nacional de Habitação**. Ministério das Cidades: Brasília. DF, dezembro 2009.

BRASIL. **Portaria nº 21, de 22 de janeiro de 2014**. “Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social no Programas e Ações do Ministério das Cidades”. Ministério das Cidades: Brasília. 2014.

BRASIL. **Portaria nº 464, de 25 de julho de 2018**. “Aprova o Manual de Instruções do Trabalho Social no Programas e Ações do Ministério das Cidades”. Ministério das Cidades: Brasília. 2018.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 4. Ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004, 344 p.

BONDUKI, Nabil G. e ROSSETTO, Rossella. Política e Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. In: **Ações Integradas de Urbanização e Assentamentos Precários**. Curso à Distância. Módulo I. Disciplina II. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

DEITOS, Juliano Marcelino; SOBZINSKI, Janaina Silvana. **O materialismo histórico e dialético: contribuições para a análise de políticas educacionais**. Revista Impulso, Universidade Metodista de Piracicaba, v25, n.63, p.101-118, Piracicaba 2015.

KOGA, D. H. U. **Cidades entre territórios de vida e territórios vividos**: In: Serviço Social & Sociedade, São Paulo: Cortez, nº 72, 2006.

KOGA, D. H. U.; GANEV, E.; FAVERO, E. (Org.). **Cidades e Questões sociais**. 1. Ed. São Paulo: Terracota, 2009, 288p.

KOGA, D. H. U. **A incorporação da topografia social no processo de gestão de políticas públicas locais**. In: RAP. Revista Brasileira de Administração Pública, Rio de Janeiro v.39, n.03, p 635-654, 2005.

KOGA, D.; NAKANO Kazuo. **Perspectivas Territoriais e Regionais para políticas públicas brasileiras**. In: Abong nas Conferências 2005 – Criança e Adolescente – Assistência Social. Cadernos Abong 2005.

FERREIRA, J.S.W.e UEMURA, Margareth M. Política Urbana. In: **Ações Integradas de Urbanização e Assentamentos Precários**. Curso à Distância. Módulo I. Disciplina I. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.

FREITAS, Maria Joelma Libório de Lima. **Questão Habitacional e Trabalho Social**: Algumas reflexões sobre o trabalho desenvolvido em Heliópolis no período de 2008 e 2017, São Paulo, 2017. 97p. Monografia apresentada à Faculdade Paulista de Serviço Social, FAPSS, 2017.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques e PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (ORGS) et al. **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do assistente social na atualidade. In: **Atribuições Privativas do(a) Assistente Social em Questão**. CFESS/CRESS. Brasília/DF, 2002, p. 13-46.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7ª edição. São Paulo: Cortez, 2004.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole, Legislação e Desigualdade**. In: Estudos Avançados 17 (48) São Paulo II – Habitação, Universidade de São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, 2003.

MINISTÉRIO DAS CIDADES/ SNH. **Política Nacional de Habitação**. Caderno MCidades 4, Brasília, 2005.

MOREIRA, Felipe de Freitas. Heliópolis e a produção municipal de moradias populares em favelas. In: **XVII ENAMPUR: Desenvolvimento, crise e resistência: quais os caminhos do planejamento urbano e regional? Sessão temática 5: habitação e a produção do espaço urbano e regional**. FAUUSP: São Paulo, 2017.

NETTO, José Paulo. Notas para Discussão da Sistematização da Prática e Teoria em Serviço Social, In: **Metodologia no Serviço Social**. Caderno ABESS, São Paulo: Cortez, n. 1989, p. 141-153.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método da Teoria Social** In: Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais - Brasília: CEFESS, ABEPSS, 2009 (Unidade VI, seção 6.1, p.668-700).

PAZ, Rosângela D. O. da. Intervenções urbanas e trabalho social. In: ARREGUI, Carola Carbajal; BLANÉS, Denise Neri (Orgs). **Metodologias de Trabalho Social**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2008.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da e TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Curso à Distância. Módulo I. Cidade, Território e Habitação. Aula 01 – Cidades, Desigualdades e Territórios. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da e TABOADA, Kleyd Junqueira. **Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social**. Curso à Distância. Módulo I. Cidade, Território e Habitação. Aula 02 – Cidades, Desigualdades e Territórios. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. Ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013, 176 p.

SÃO PAULO. **Relatório Geral de Atividades:** Período Junho/03 a Maio/04. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal da Habitação e Desenvolvimento Urbano. Heliópolis Gleba N. Núcleo Engenharia Consultiva. São Paulo. 2004.

SÃO PAULO. **Relatório Final do Trabalho Social:** Dezembro/ 2005. Prefeitura Municipal de São Paulo. Secretaria Municipal de Habitação SEHAB/Superintendência de Habitação Popular–HABI. Empreendimento: Heliópolis Gleba K. Projetista: Núcleo Engenharia Consultiva. São Paulo. 2005.